

# A César o que é de César

Nelson Senise

**A** denúncia do sanitarista Carlos Gentile de Melo, durante a Jornada Científica Oswaldo Cruz, sobre a prática contumaz no País, de operações cesarianas absolutamente desnecessárias, teve o mérito de colocar diante de numerosas autoridades médicas um problema cuja solução, a esta altura, não pode ser mais adiada. Em livro recentemente publicado, **Política Nacional de Saúde**, o eminente Prof. Jayme Landmann já registrava: "Não temos dados estatísticos sobre o número e o tipo de operações desnecessárias realizadas no Brasil, mas seguramente houve aos milhares, que em nada devem ter contribuído para melhorar o nível de saúde da população". Já o Dr. Gentile de Melo tinha esses dados e os tirou do bolso do colete para espanto de toda uma classe temerariamente incrédula: "Só no ano passado, foram realizadas 186 mil intervenções cesarianas desnecessárias na rede contratada do Estado".

O escândalo não comporta contestação, infelizmente. A tese do Dr. Gentile, a que alguns colegas torceram o nariz, é muito lógica. Partindo da premissa de que, "para a Previdência Social, o doente é encarado como um cheque ao portador", fácil é compreender por que uma mesma equipe de cirurgiões, no Hospital Distrital de Brasília, realizou 5% de cesarianas em mães pobres e 50% nas beneficiárias do INPS.

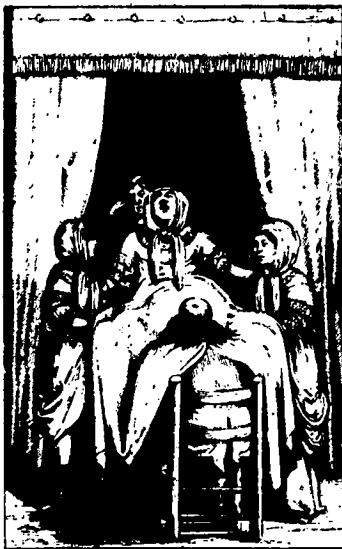
O problema se restringiria ao aspecto puramente técnico se, como aventou o Professor Maia Bitencourt, como porta-voz da grande maioria de obstetras presentes à Jornada Científica, resultasse de imperícia ou — para sermos mais francos — de incompetência dos parteiros diplomados, "que muitas vezes não sabem nem utilizar o fórceps". Mas o problema tem uma profundidade muito maior. Transcende o aspecto técnico — sobre o qual, contudo, não devemos tripudiar — para alcançar, em ampla abrangência, o plano moral.

Fazer cirurgias desnecessárias, além de grave atentado à ética profissional, é um assalto. É assalto ao povo, que, em última instância, é a principal fonte arrecadadora de recursos para a Previdência. Essa mesma Previdência, que premia os contribuintes de maior poder aquisitivo em detrimento dos assalariados de mais baixo nível de vencimentos.

Não, positivamente, não é por falta de preparo — o que por si já é imperdoável — que os jovens médi-

cos estão apelando em cheio para as extrações de fetos pelo método celebrizado pelo pequeno César. É falta de outra coisa, que infelizmente as escolas de medicina não fornecem.

Pode ser, como sugeriu o senso de humor do Dr. Luiz Alfredo Correia da Costa, que "mais uma vez a Europa tenha se curvado diante do Brasil", já que em nosso país o índice de cesarianas desnecessárias superou de forma insofismável o daquele continente, no ano passado. Mas não nos esqueçamos de que os maus exemplos, como os bons, para o Brasil, vêm sempre dos Estados Unidos. E ali, no cômputo geral, o número de cirurgias absolutamente desnecessárias é muito superior às taxas abusivas aqui registradas.



No livro a que já nos referimos neste comentário, o Prof. Landmann aponta como um dos principais fatores das distorções evidenciadas na política nacional de saúde o desequilíbrio entre as necessidades, sempre crescentes, da massa que clama por assistência médica adequada, e a oferta, nos grandes centros, especificamente São Paulo e Rio, de uma medicina altamente sofisticada, requintada e elitista.

Como as cesarianas — salvo nos casos em que há recomendação expressa para a sua realização — o Prof. Landmann duvida da eficácia das variantes do tipo safena e das cinecoronarlografas. Ora, o parto normal, como todo mundo sabe, não exige nenhum equipamento ou instrumental complicado para obter êxito. Mulheres de ínfimo grau

de cultura, inclusive silvícolas, podem gozar das graças da maternidade sem a necessidade de importar know-how ou apelar para o bisturi de algum parteirinho afoito, desses que adoram os convênios com o INPS.

Neste desnível sócio-econômico origina-se, toma corpo e se institucionaliza quase toda a infraestrutura do sistema brasileiro de saúde pública. Tornaram-se antológicas, pelo absurdo de que se revestiram, as célebres contas apresentadas por instituições hospitalares, vinculadas por convênios ao INPS. Eram quilômetros e mais quilômetros de esparadrapo, montanhas de gaze e oceanos de mertiolate ou água boricada para justificar modestos curativos que nem ao menos exigiam especialidade alguma do mais humilde enfermeiro.

O mais deplorável no Brasil é que estas coisas que aconteceram chegaram a fazer parte do anedotário e até do folclórico, pelo macabro humor com que o brasileiro encara certas desgraças, depois de entornado o caldo — isto é, quando já não há remédio — o mais deplorável, dizia-se, é que tudo continua a repetir-se, como se nada houvesse ocorrido antes, assim como se não houvesse antecedentes que agravassem a responsabilidade dos que afrontam a sociedade e a lei através de expedientes tão condenáveis.

Há despreparo, sim, mas principalmente por parte das gestantes, de parturientes ingênuas ou comodistas, que se submetem às imposições dos obstetras para optar pela cesariana, antes de esgotados os recursos naturais para um parto normal, sem riscos nem para a mãe nem para o nascituro. Essas mães em potencial deveriam ser orientadas no sentido de reagir às propostas de médicos inescrupulosos que apenas se preocupam com a captação de recursos para as clínicas a que servem e que têm por norma sugar os cofres do INPS.

O Dr. Gentile de Melo nos deu conta de 186 mil cesarianas efetuadas em todo o País, no ano de 1979. E quem dirá o exato número de outras modalidades de cirurgia praticadas, de modo geral, no mesmo período, apenas para justificar a cobrança de somas astronômicas do Estado em troca de serviços fictícios?

Seremos, algum dia, um País sério?